CARTA DE CONJUNTURA

NÚMERO 71 — NOTA DE CONJUNTURA 14 — 2 ° TRIMESTRE DE 2026

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MERCADO DE TRABALHO

Retrato dos rendimentos do trabalho: resultados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2026

Sandro Sacchet de Carvalho
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sandro.sacchet@ipea.gov.br

Divulgado em 15 de junho de 2026.

Sumário

Os dados dos rendimentos do trabalho do primeiro trimestre de 2026 apresentaram uma elevação da renda em relação ao trimestre anterior, renovando outra vez o pico da série histórica iniciada em 2012. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 5,5%.[1] No trimestre móvel terminado em abril de 2026, a renda média reduziu-se para R$ 3.732, estando 5,3% acima do valor registrado no mesmo trimestre do ano anterior. Com tal resultado, atinge-se o total de catorze trimestres consecutivos com o crescimento interanual da renda acima de 3%.

Por grupos demográficos, os maiores aumentos na renda na comparação com o mesmo período de 2024 foram registrados no Centro-Oeste, entre os trabalhadores mais velhos (acima de 60 anos) e com ensino fundamental completo. Piores desempenhos ocorreram entre os trabalhadores jovens (entre 14 e 24 anos) e entre aqueles com ensino médio completo.

Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que, no primeiro trimestre de 2026, assim como no trimestre anterior, os trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira apresentaram crescimento interanual da renda acima dos demais tipos de vínculo (6% e 9,9%, respectivamente). No caso dos trabalhadores autônomos, os resultados indicam que o maior crescimento da renda se concentra após 2021 e é maior no caso dos microempreendedores individuais (MEIs). Por sua vez, os trabalhadores privados com carteira mostraram um crescimento de 2,8%, mantendo, desde o início de 2022, taxas de crescimento inferiores às registradas entre as categorias informais.

Por setor, no primeiro trimestre de 2026, os maiores aumentos interanuais da renda habitual foram observados nos setores de serviços pessoais e coletivos (11,4%), nos serviços profissionais (6,4%) e na administração pública (5,3%). O menor crescimento da renda média habitual foi na indústria, com apenas 2,4% no primeiro trimestre de 2026, seguido do setor de transporte, com elevação de 2,9%.

1. O deflacionamento dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (usados nos gráficos 1 e 6) é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza dados das treze regiões metropolitas contempladas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para construir índices de preços para todas as Unidades da Federação. O detalhamento da metodologia está disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101813.pdf. O deflacionamento dos rendimentos do trabalho dos demais resultados baseados nos microdados trimestrais da PNAD Contínua é realizado pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea e busca replicar a metodologia usada pelo IBGE. O deflacionamento dos dados dos rendimentos domiciliares por faixa de renda (tabela 3) utiliza o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

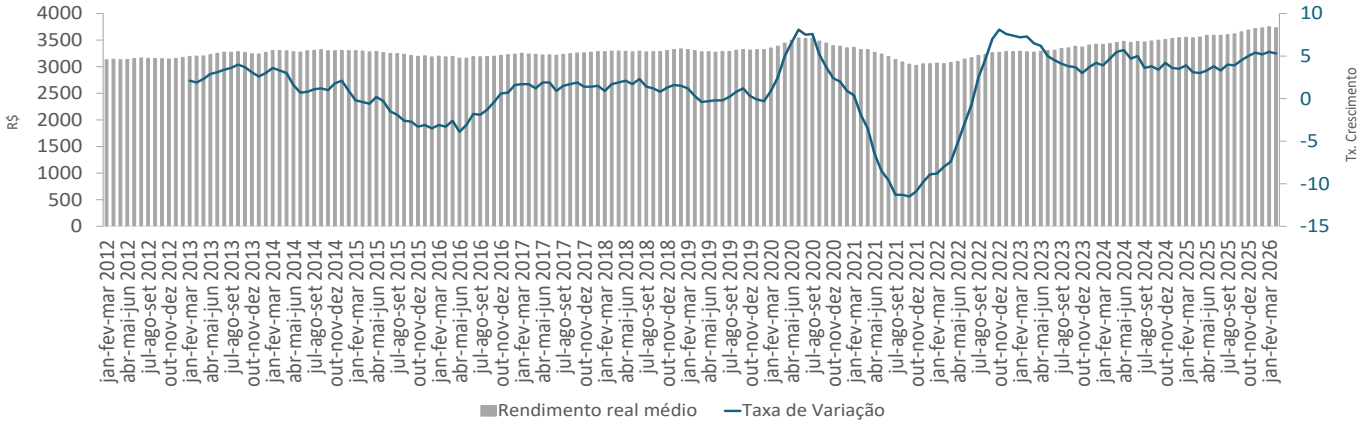
No primeiro trimestre de 2026, a massa salarial alcançou uma média mensal de R$ 377,6 bilhões, 7,1% ou R$ 25 bilhões maior que o valor registrado no mesmo trimestre de 2025, e R$ 2,3 bilhões maior em relação ao trimestre anterior (R$ 375,3 bilhões). No trimestre móvel terminado em abril de 2026, a massa salarial média habitual foi de R$ 377 bilhões, ou 6,5% maior na comparação interanual.

No quarto trimestre de 2025, a proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu para 23,6%. Nesse trimestre, houve também uma queda da proporção de domicílios na faixa de renda baixa (faixa 2) e elevação na proporção de domicílios com rendas acima da renda média (faixas 4, 5 e 6). O índice de Gini da renda domiciliar caiu para 0,516. Já o índice de Gini da renda individual caiu de 0,490 para 0,488 entre o quarto trimestre de 2025 e o primeiro trimestre de 2026.

1 Renda média e massa salarial

Os dados dos rendimentos do trabalho do primeiro trimestre de 2026 apresentaram uma elevação da renda em relação ao trimestre anterior, renovando outra vez o pico da série histórica iniciada em 2012. Como mostra o gráfico 1, a partir do terceiro trimestre de 2023 a renda passou a se elevar continuamente até atingir R$ 3.750 no primeiro trimestre de 2026 (em reais de março de 2026). Na comparação com o trimestre anterior, o crescimento da renda foi de 1,7%. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda elevou-se 5,5%. No trimestre móvel terminado em abril de 2026, a renda média reduziu-se para R$ 3.732, estando 5,3% acima do valor registrado no mesmo trimestre do ano anterior. Com tal resultado, atinge-se o total de catorze trimestres consecutivos com o crescimento interanual da renda acima de 3%.

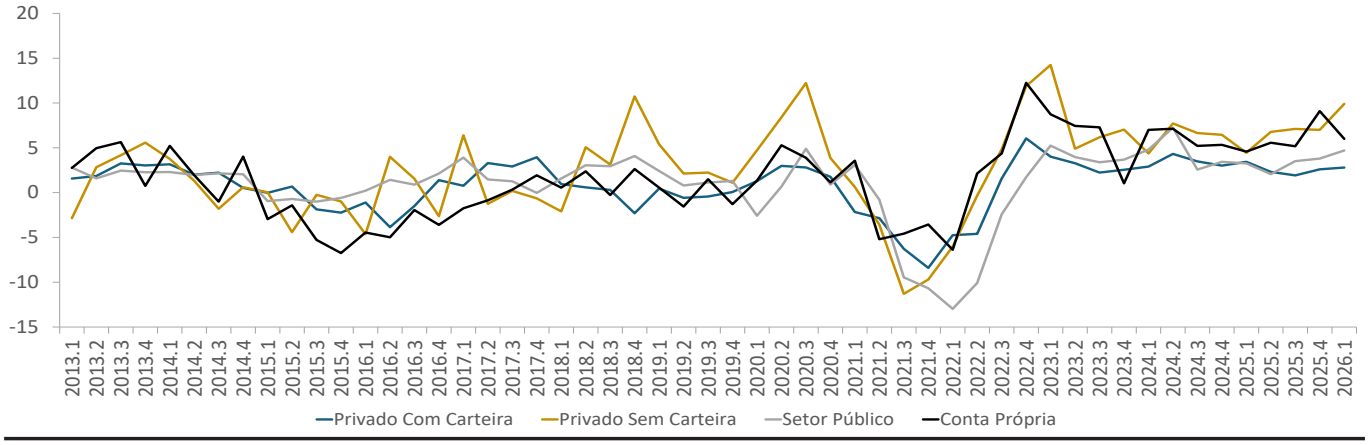
GRÁFICO 1
PNAD Contínua: rendimento habitual médio
(Em valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na abertura por vínculo de ocupação, apresentada no gráfico 2, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que, no primeiro trimestre de 2026, assim como nos trimestres anteriores, em tendência observada desde o fim da pandemia de covid-19, os trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira apresentaram crescimento interanual da renda acima dos demais tipos de vínculo (6% e 9,9%, respectivamente). Por sua vez, os trabalhadores privados com carteira mostraram um crescimento de 2,8%, mantendo taxas de crescimento mais lento que as categorias informais. Os trabalhadores do setor público mostraram um crescimento da renda de 4,7% no primeiro trimestre de 2026, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

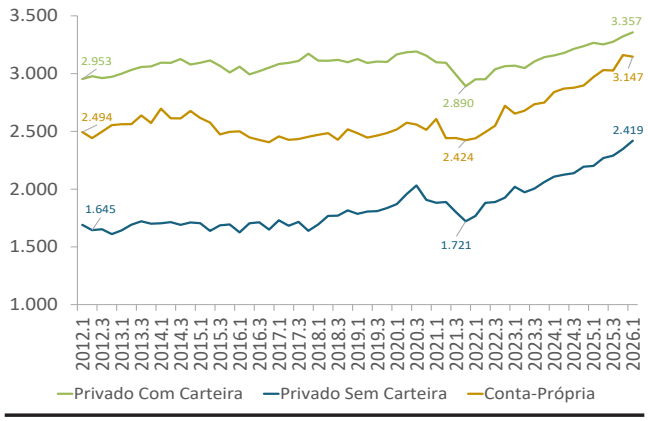
GRÁFICO 2
PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo
(Em %, taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

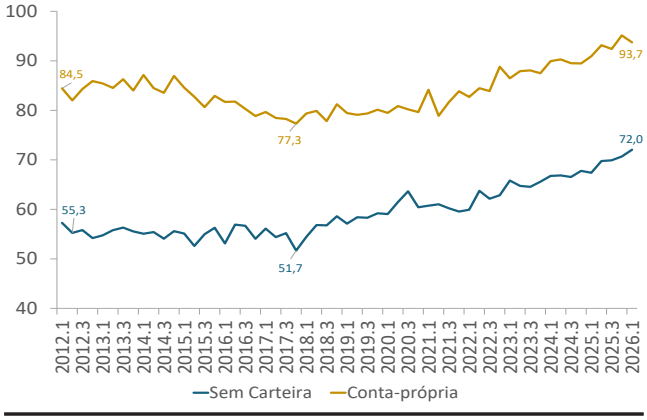
O maior crescimento da renda dos trabalhadores autônomos e sem carteira nos últimos anos pode ser mais bem visualizado nos gráficos seguintes. No gráfico 3 mostra-se a evolução dos rendimentos habituais médios para os trabalhadores privados com carteira, sem carteira e por conta própria. O gráfico 4, por sua vez, mostra a proporção dos rendimentos dos trabalhadores sem carteira e por conta própria em relação aos dos trabalhadores com carteira.

GRÁFICO 3
PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, trabalhadores privados com carteira, sem carteira e por conta própria
(Em R$)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 4
PNAD Contínua: proporção rendimento habitual médio real dos trabalhadores sem carteira e por conta própria em relação aos trabalhadores privados com carteira
(Em %)



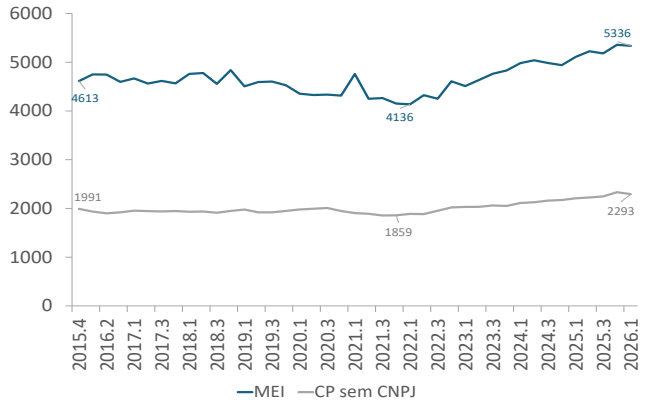
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os gráficos revelam que, até 2017, eram os trabalhadores com carteira que apresentavam maior crescimento da renda. Entre 2012 e 2017 os trabalhadores informais apresentaram uma queda da renda (de R$ 2.494 para R$ 2.453, no caso dos autônomos, e de R$ 1.691 para R$ 1.639, no caso dos sem carteira), enquanto os empregados com carteira viram sua renda média subir de R$ 2.953 para R$ 3.173. Com isso, como mostra o gráfico 4, em 2012 os rendimentos médios dos trabalhadores sem carteira representavam 57,3% dos rendimentos daqueles com carteira, proporção que, no fim de 2017, havia caído para pouco mais da metade (51,7%). Da mesma forma, os rendimentos médios dos autônomos em 2012 eram 84,5% dos com carteira, reduzindo-se para 77,3% em 2017.

Contudo, desde 2018, a tendência se inverteu, e o crescimento da renda dos informais foi consideravelmente mais acelerado que o dos trabalhadores com carteira. No primeiro trimestre de 2026, os rendimentos médios dos trabalhadores sem carteira alcançavam 72% dos com carteira, e os dos trabalhadores por conta própria, 93,7%.

No caso dos trabalhadores autônomos, os gráficos anteriores indicam que o maior crescimento da renda se concentra no período posterior a 2021, e, como mostra o gráfico 5, tal desempenho é principalmente devido aos MEIs. O rendimento médio dos MEIs caiu 10% entre o quarto trimestre de 2015 e o mesmo trimestre de 2021 (de R$ 4.631 para R$ 4.151). Já entre os autônomos sem Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), no mesmo período, a queda da renda foi de 6,4%. Desde então, os rendimentos médios dos MEIs cresceram 28,5%, até atingir R$ 5.336 no primeiro trimestre de 2026. Entre os autônomos sem CNPJ, o crescimento da renda média foi de 23,3%, alcançando R$ 2.293.[2] Cabe notar, contudo, que ambos os tipos de trabalhadores autônomos apresentaram queda na renda em comparação ao trimestre anterior.

GRÁFICO 5
PNAD Contínua: rendimento habitual médio real dos trabalhadores por conta própria – MEI e sem CNPJ
(Em R$)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 1 retrata a desagregação salarial por diferentes recortes. Em termos regionais, a renda habitual mostrou um expressivo crescimento no Centro-Oeste para o primeiro trimestre de 2026 (10,8%), seguido do Nordeste e do Sul (6,6% e 5,8%, respectivamente). O Norte elevou sua renda média, na comparação interanual, em 4,3%, e o Sudeste 4,4%.

TABELA 1
PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio habitual real por dados desagregados (2º trim. 2024-1º trim. 2026)
(Em %)

	2º T/2024	3º T/2024	4º T/2024	1º T/2025	2º T/2025	3º T/2025	4º T/2025	1º T/2026
Centro-oeste	3,1	1,9	2,7	1,9	3,2	5,8	6,4	10,8
Nordeste	8,4	6,3	7,0	7,9	3,2	5,7	5,8	6,6
Norte	3,5	1,6	1,1	2,8	3,4	3,2	7,1	4,3
Sudeste	5,6	3,1	3,5	2,0	2,8	1,7	3,9	4,4
Sul	6,9	5,4	7,3	8,1	5,4	8,4	6,6	5,8
Masculino	6,1	4,4	4,5	4,0	3,4	3,2	5	5,8
Feminino	5,1	2,4	3,9	4,0	3,3	5,2	5,2	5,1
14 a 24anos	3,8	2,8	3,2	4,7	3,8	4,3	2,9	3,0
25 a 39anos	5,3	4,2	3,6	4,0	5,0	3,2	6,6	6,0
40 a 59anos	5,5	3,1	4,9	4,0	3,2	4,7	3,7	4,4
60 anos ou mais	8,6	3,4	2,3	0,8	-5,5	-0,3	3,8	8,0
Não Chefe Família	5,7	4,2	4,8	5,3	4,8	4,3	4,4	4,1
Chefe Família	5,3	2,8	3,5	2,6	1,8	3,4	5,3	6,6
Fundamental incompleto	1,1	2,5	4,6	2,3	4,1	3,0	4,2	4,8
Fundamental completo	4,1	5,3	6,2	3,1	1,5	0,9	7,1	7,7
Médio incompleto	3,6	2,2	2,8	5,9	6,6	6,6	7,4	5,3
Médio completo	4,7	3,8	3,0	3,0	2,5	3,1	3,1	3,3
Superior	5,5	2,9	3,1	2,3	0,7	1,2	2,1	3,9
Região não metropolitana	7,4	6,0	5,7	5,1	3,1	4,5	6,8	6,8
Região Metropolitana	4,3	1,6	3,0	2,6	3,2	3,3	3,4	4,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2. O fato de a proporção de MEIs estar aumentando entre os trabalhadores autônomos (representavam 19,1% deles no quarto trimestre de 2015, 24,7% no mesmo trimestre de 2021 e 27,4% no quarto trimestre de 2025) também contribui para o maior crescimento médio dos autônomos como um todo.

O corte por gênero revela que, no primeiro trimestre, o rendimento dos homens voltou a ter um crescimento maior que o das mulheres (5,8% contra 5,1%), como foi observado ao longo de 2024.

O detalhamento por faixa etária indica que o desempenho da renda foi melhor para os mais velhos no primeiro trimestre de 2026, com crescimento da renda de 8% (faixa etária acima de 60 anos), recuperando-se do pior desempenho ao longo de 2025. Os trabalhadores jovens adultos (entre 25 e 39 anos) mostraram um crescimento de 6% da renda habitual na comparação interanual. Por sua vez, os trabalhadores jovens (entre 14 e 24 anos) e entre 40 e 59 anos elevaram sua renda em relação ao primeiro trimestre de 2025 em 3% e em 4,4%, respectivamente.

Observa-se também que, sob a ótica do ensino, apenas os trabalhadores com ensino superior e ensino médio completo obtiveram crescimento da renda habitual abaixo de 4% (3,9% e 3,3%, respectivamente). Trabalhadores com ensino médio incompleto apresentaram elevação da renda de 5,3% no primeiro trimestre de 2026, na comparação interanual, e os trabalhadores com ensino fundamental completo, de 7,7%.

A tabela 2 apresenta o crescimento interanual do rendimento médio habitual e efetivo por setores de atividade. Em 2025, a agricultura mostrou uma recuperação do rendimento habitual, após ter sido claramente o setor que obteve o menor crescimento da renda ao longo de 2024. No primeiro trimestre de 2026, os rendimentos do trabalho no setor cresceram 4,9%. Além da agricultura, os maiores aumentos interanuais da renda habitual foram observados no setor de serviços pessoais e coletivos (11,4%), nos serviços profissionais (6,4%) e na administração pública (5,3%).

O menor crescimento da renda média habitual foi na indústria, com apenas 2,4% no primeiro trimestre de 2026, seguida do setor de transporte, com elevação de 2,9%.

Os valores da renda média habitual por setor de atividade são apresentados nas tabelas A.3 e A.4 do apêndice A.

TABELA 2
PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por setor de atividade, habitual e efetivo (2º trim. 2023-1º trim. 2026)
(Em %)

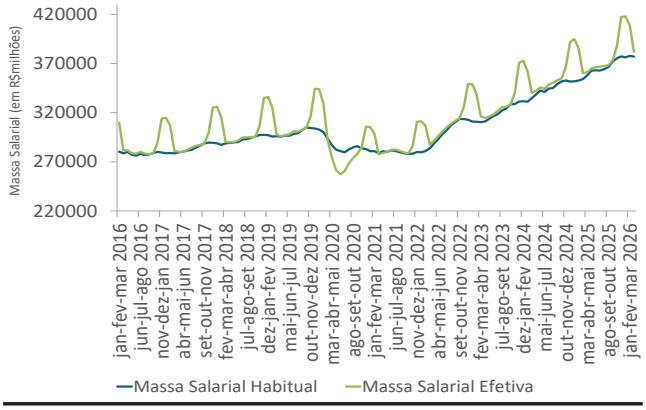
Painel A: Renda Habitual	2ºT - 2023	3ºT - 2023	4ºT - 2023	1ºT - 2024	2º T - 2024	3º T - 2024	4º T - 2024	1º T - 2025	2º T - 2025	3º T - 2025	4º T - 2025	1ºT - 2026
Agricultura	7,1	-4,7	0,8	0,3	0,3	1,8	-0,2	4,8	6,8	6,0	8,7	4,9
Indústria	4,5	6,0	5,7	7,3	8,2	3,9	3,7	2,7	2,0	1,9	2,2	2,4
Construção	7,7	1,9	-3,7	1,0	-0,8	5,7	5,7	5,5	6,9	5,8	5,6	4,8
Comércio	7,5	2,5	5,8	4,3	4,7	5,0	3,8	1,5	3,3	1,1	1,1	4,3
Serviços profissionais	5,5	3,5	0,6	0,9	1,9	1,2	5,1	3,6	5,0	3,7	6,0	6,4
Transporte	1,1	1,3	-1,6	7,2	7,2	6,6	7,9	3,0	0,3	1,8	3,2	2,9
Serviços pessoais e coletivos	1,1	5,0	2,6	6,6	7,7	3,1	6,0	1,9	3,8	4,7	8,8	11,4
Adm. Pública	4,4	3,4	4,5	4,8	8,8	3,7	3,3	3,5	2,3	5,1	6,4	5,3
Educação e Saúde	5,1	4,1	3,3	3,2	7,7	1,8	1,4	4,6	-0,1	3,8	3,3	4,2
Alojamento e Alimentação	8,1	11,7	3,2	1,8	6,7	2,2	5,6	2,8	-1,9	4,4	2,3	4,9
Painel B: Renda Efetiva	**2ºT - 2023**	**3ºT - 2023**	**4ºT - 2023**	**1ºT - 2024**	**2º T - 2024**	**3º T - 2024**	**4º T - 2024**	**1º T - 2025**	**2º T - 2025**	**3º T - 2025**	**4º T - 2025**	**1ºT - 2026**
Agricultura	8,3	-5,8	0,4	2,9	0,7	4,2	0,8	3,1	5,4	4,2	6,8	4,1
Indústria	3,4	6,7	5,2	7,5	11,2	5,3	2,9	1,8	0,7	0,3	2,3	2,5
Construção	9,5	2,8	-3,4	2,9	-1,9	6,6	6,6	4,4	6,6	6,3	5,7	4,2
Comércio	6,7	3,5	4,8	5,3	4,6	5,5	4,7	1,0	3,2	0,4	0,2	4,9
Serviços profissionais[1]	5,8	4,1	-1,0	0,3	1,2	1,6	5,9	5,0	4,5	2,8	6,2	2,4
Transporte	0,8	2,8	-1,3	7,4	8,1	5,8	8,1	4,1	-0,4	2,4	2,4	1,6
Serviços pessoais e coletivos[2]	-0,3	6,5	2,4	5,5	7,2	2,7	7,3	1,5	5,6	4,6	5,4	16,3
Adm. Pública	3,0	4,0	5,2	5,4	9,7	4,6	3,6	2,8	2,1	4,1	5,2	3,9
Educação e Saúde	4,0	3,9	2,9	2,3	7,7	1,6	2,2	4,9	-0,3	3,7	2,2	3,4
Alojamento e Alimentação	8,7	13,3	2,8	3,8	6,3	2,0	5,4	3,2	-2,2	3,9	2,4	4,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Notas:
[1] Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.
[2] Serviços pessoais, artes, cultura, esporte e recreação.

Ao longo de 2022, aliando-se o aumento da população ocupada à recuperação da renda, a massa salarial apresentou expressiva elevação, tendo a habitual aumentado 12,8% no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. Além disso, assim como a renda média, após uma estagnação no primeiro trimestre de 2023, continuou uma trajetória de ascensão que permanece até o presente. No primeiro trimestre de 2026, a massa salarial alcançou uma média mensal de R$ 377,6 bilhões, 7,1% ou R$ 25 bilhões maior que o valor registrado no mesmo trimestre de 2025, e 0,6% ou R$ 2,3 bilhões maior em relação ao trimestre anterior (R$ 375,3 bilhões). No trimestre móvel terminado em abril de 2026, a massa salarial média habitual foi de R$ 377 bilhões, ou 6,5% maior na comparação interanual.

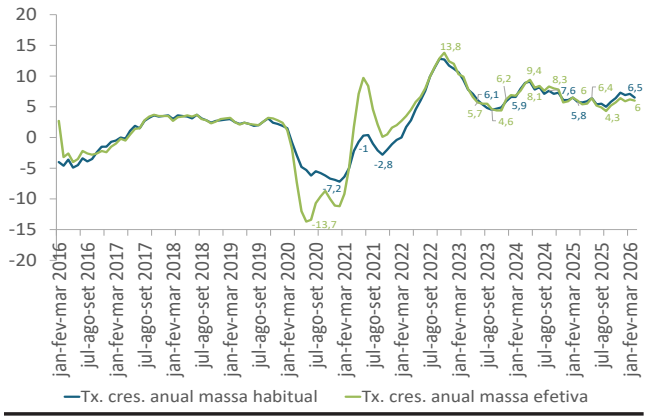
Considerando a massa dos rendimentos efetivos, no primeiro trimestre de 2026, o crescimento interanual foi de 6,2%, alcançando a soma de R$ 409,1 bilhões (R$ 23,9 bilhões maior que no mesmo trimestre de 2025). No trimestre móvel terminado em abril de 2026, a massa salarial mensal média efetiva foi de R$ 381,9 bilhões, ou 6% maior na comparação interanual.

GRÁFICO 6
Massa salarial real habitual e efetiva
(Em R$ milhões)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Valores de agosto de 2025.

GRÁFICO 7
Taxa de variação interanual da massa salarial real habitual e efetiva
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para diferentes segmentos da população pode apresentar diferenças significativas por períodos consideráveis, quando se levam em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No quadro B.1 do apêndice B, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 3, mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice A. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo de 2020, o que se reflete na maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, mas também foram os domicílios que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do

trabalho ao longo de 2021, com a maior retomada das atividades. No primeiro trimestre de 2026, todas as faixas de renda domiciliares mostraram uma queda da renda habitual do trabalho domiciliar, exceto a de renda muito baixa, que cresceu 1%. A discrepância entre o forte crescimento da renda média e a renda domiciliar deve-se sobretudo a uma queda no total de horas trabalhadas por domicílio que ocorre desde 2024 e se acelerou em 2025. As médias das horas semanais trabalhadas no domicílio por faixa de renda são reportadas no apêndice A (tabela A.5).

TABELA 3
PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda
(Em %, taxa de variação interanual)

Trimestre	1 - Renda muito baixa	2 - Renda baixa	3 - Renda média-baixa	4 - Renda média	5 - Renda média-alta	6 - Renda alta
2017.1	-1,5	-1,0	-0,3	-0,6	-1,9	-4,1
2017.2	5,4	3,0	-0,4	-0,6	1,9	4,4
2017.3	7,3	2,9	-0,7	-0,1	2,0	8,0
2017.4	7,0	1,9	-0,9	-0,6	1,8	6,3
2018.1	5,9	2,6	0,0	-0,8	1,6	6,6
2018.2	0,3	0,1	0,6	0,1	-2,3	0,9
2018.3	-1,5	-0,7	-0,3	-0,3	-3,3	2,0
2018.4	0,2	0,9	2,3	4,5	2,0	0,9
2019.1	0,8	1,0	2,6	4,9	2,4	3,4
2019.2	-1,5	-0,6	1,1	2,3	1,9	1,4
2019.3	-0,8	-0,2	2,1	3,8	2,7	-0,6
2019.4	-2,0	-1,8	-1,1	-1,9	-2,1	-1,0
2020.1	-2,3	0,5	0,6	-1,2	-1,4	-4,1
2020.2	16,4	8,0	5,1	3,4	2,8	-2,1
2020.3	11,2	5,9	3,2	2,8	2,7	0,4
2020.4	3,0	3,5	2,4	1,5	2,0	-6,2
2021.1	3,0	-1,1	-1,1	0,7	1,7	1,8
2021.2	-14,8	-8,3	-6,5	-6,1	-5,0	-7,0
2021.3	-11,0	-6,5	-5,4	-5,9	-2,2	-6,2
2021.4	-7,1	-5,5	-5,3	-4,3	-2,9	-2,2
2022.1	-6,0	-3,4	-4,0	-4,4	-2,2	-8,1
2022.2	-5,1	-4,5	-3,5	-3,6	-3,4	-0,2
2022.3	-4,3	-3,8	-3,6	-3,2	-4,2	-0,4
2022.4	-2,4	-2,7	-2,2	-3,0	-3,3	-1,2
2023.1	3,8	5,0	1,5	1,0	0,3	7,2
2023.2	4,9	6,2	1,2	2,1	2,9	7,8
2023.3	5,1	6,3	6,0	5,3	4,2	2,8
2023.4	5,2	6,9	5,6	5,4	5,0	4,7
2024.1	-0,8	-0,9	2,1	2,3	2,6	-2,0
2024.2	1,3	-0,6	3,3	2,9	2,4	-3,0
2024.3	1,5	-0,7	-1,5	-1,5	-1,4	-3,7
2024.4	0,3	-1,3	-0,8	-1,6	-0,9	-0,6
2025.1	1,2	-0,4	0,4	1,2	0,4	1,0
2025.2	0,0	-1,1	-0,3	0,3	-0,9	-0,5
2025.3	0,0	-1,3	0,2	0,5	0,5	1,8
2025.4	1,5	-1,4	-0,1	0,6	0,0	0,2
2026.1	1,0	-0,9	-0,8	-1,2	-1,8	-0,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 4, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho entre 2020 e 2025. Após o salto da proporção de domicílios sem renda do trabalho em razão da pandemia, que alcançou 28,8% no segundo trimestre de 2020, inicia-se uma tendência de retorno aos patamares imediatamente anteriores à pandemia, permanecendo em torno de 22% ao longo de 2022 e terminando 2024 em 22,4%. No primeiro trimestre de 2026, a proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu para 23,6%, um ponto percentual maior que a observada no trimestre anterior, porém a mesma proporção observada no mesmo trimestre de 2025.

Nesse trimestre, houve também uma queda da proporção de domicílios na faixa de renda baixa (faixa 2) e elevação na proporção de domicílios com rendas acima da renda média (faixas 4, 5 e 6).

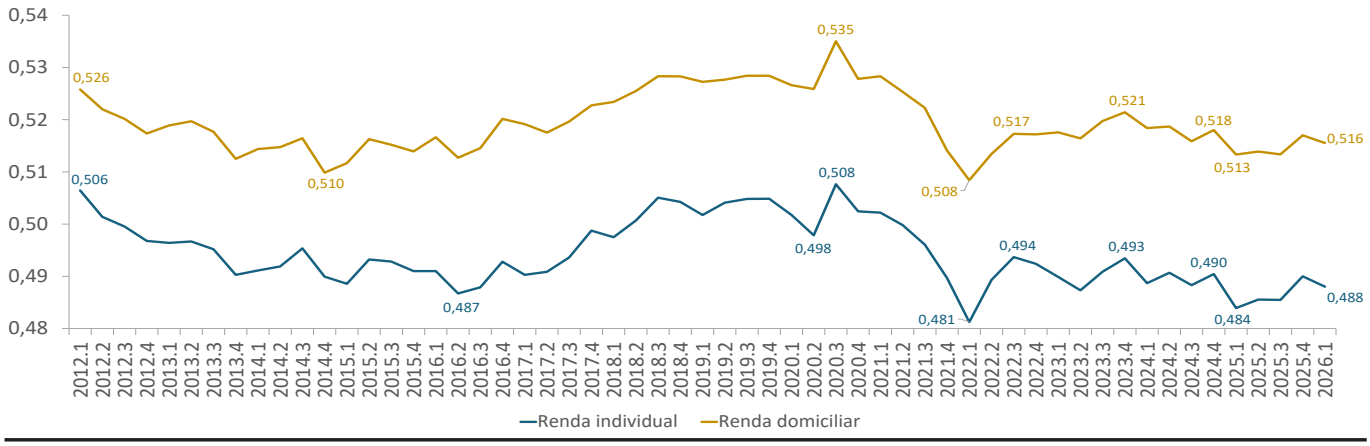
TABELA 4
PNAD Contínua: proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (1º trim. 2020-1º trim. 2026)
(Em %)

	Faixa de Renda						
	Sem renda	1 - Renda muito baixa	2 - Renda baixa	3 - Renda média-baixa	4 - Renda média	5 - Renda média-alta	6 - Renda alta
2020.1	22,8	26,3	12,8	15,7	14,0	5,7	2,7
2020.2	28,8	28,4	10,6	14,8	11,1	4,3	1,9
2020.3	28,0	28,7	10,8	15,0	10,9	4,5	2,1
2020.4	25,3	27,7	12,7	15,0	11,9	4,9	2,4
2021.1	25,2	27,0	12,1	15,0	12,7	5,4	2,5
2021.2	24,3	29,1	12,9	14,8	11,9	4,9	2,1
2021.3	23,2	30,2	12,0	16,4	11,5	4,7	2,0
2021.4	22,3	29,0	12,8	16,4	12,7	4,9	1,9
2022.1	23,5	26,7	12,8	15,7	13,7	5,5	2,2
2022.2	22,3	27,9	13,4	16,3	13,0	5,1	2,1
2022.3	22,3	27,2	13,3	16,0	13,5	5,5	2,2
2022.4	22,2	25,9	12,9	16,4	14,3	5,9	2,5
2023.1	24,3	27,8	12,6	13,9	13,2	5,7	2,5
2023.2	24,2	29,3	12,7	14,2	12,7	4,9	2,0
2023.3	23,2	27,9	12,2	15,7	13,7	5,2	2,1
2023.4	23,0	26,8	12,0	15,8	14,5	5,6	2,3
2024.1	24,0	25,4	11,7	15,3	15,1	6,0	2,6
2024.2	23,2	26,6	11,9	16,3	14,1	5,6	2,3
2024.3	22,7	26,3	11,9	16,5	14,5	5,8	2,4
2024.4	22,4	25,1	12,4	15,8	15,4	6,4	2,5
2025.1	23,6	23,9	11,6	16,1	15,6	6,6	2,7
2025.2	22,9	24,9	12,3	16,4	15,2	5,9	2,4
2025.3	22,8	24,5	12,2	16,7	15,2	6,1	2,5
2025.4	22,6	23,5	11,9	16,8	15,9	6,6	2,8
2026.1	23,6	22,0	11,7	16,1	16,4	7,2	3,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico 8 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente até o primeiro trimestre de 2022. O segundo trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada, que continuou no terceiro trimestre, tendo o índice da renda domiciliar se mantido relativamente estável desde então. No primeiro trimestre de 2026, o índice de Gini da renda domiciliar caiu para 0,516. Já o índice de Gini da renda individual caiu de 0,490 para 0,488 entre o quarto trimestre de 2025 e o primeiro trimestre de 2026.

GRÁFICO 8
Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar

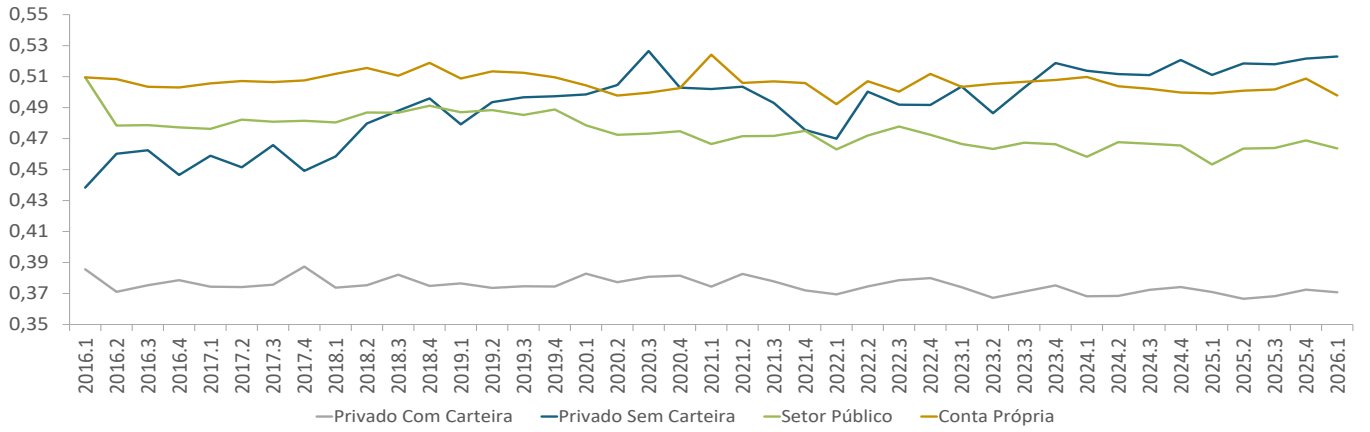


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados do gráfico 9 mostram o índice de Gini por tipo de vínculo. Cabe salientar que o aumento da desigualdade entre os empregados sem carteira mostra-se persistente, sendo este o único grupo em que o índice de Gini encontra-se em patamares substancialmente acima dos observados em 2016 e 2017.

No primeiro trimestre de 2026, todos os tipos de vínculo mostraram redução da desigualdade, exceto os empregados sem carteira. Destacam-se os trabalhadores por conta própria, que mostraram uma queda da desigualdade de 0,509 para 0,498 entre o quarto trimestre de 2025 e o primeiro trimestre de 2026.

GRÁFICO 9
Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por tipo de vínculo



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Considerações finais

Os dados dos rendimentos do trabalho do primeiro trimestre de 2026 apresentaram uma elevação da renda em relação ao trimestre anterior, renovando outra vez o pico da série histórica iniciada em 2012. O crescimento interanual da renda habitual média foi de 5,5%. No trimestre móvel terminado em abril de 2026, a renda média reduziu-se para R$ 3.732, estando 5,3% acima do valor registrado no mesmo trimestre do ano anterior. Com tal resultado, atinge-se o total de catorze trimestres consecutivos com o crescimento interanual da renda acima de 3%.

Além disso, os empregados privados sem carteira foram os que mais sustentaram o crescimento da renda, seguidos dos trabalhadores autônomos. Os dados do primeiro trimestre de 2026 reforçam uma menor intensidade do aumento da renda dos trabalhadores privados com carteira, observado mais acentuadamente desde 2022.

Por setor, no primeiro trimestre de 2026, os maiores aumentos interanuais da renda habitual foram observados no setor de serviços pessoais e coletivos (11,4%), nos serviços profissionais (6,4%) e na administração pública (5,3%). O menor crescimento da renda média habitual foi na indústria, com apenas 2,4% no primeiro trimestre de 2026, seguido do setor de transporte, com elevação de 2,9%.

No primeiro trimestre de 2026, a proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu para 23,6. Nesse trimestre, houve também uma queda da proporção de domicílios na faixa de renda baixa (faixa 2) e elevação na proporção de domicílios com rendas acima da renda média (faixas 4, 5 e 6). O índice de Gini da renda domiciliar caiu para 0,516. Já o índice de Gini da renda individual caiu de 0,490 para 0,488 entre o quarto trimestre de 2025 e o primeiro trimestre de 2026.

APÊNDICE A

TABELA A.1
PNAD Contínua: rendimento médio real habitual individual por faixa de renda
(Em R$)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2012.1	1.201	1.804	2.262	3.426	6.514	16.628
2012.2	1.196	1.836	2.313	3.623	7.169	17.622
2012.3	1.195	1.815	2.302	3.606	7.075	18.053
2012.4	1.200	1.802	2.296	3.602	7.014	17.842
2013.1	1.209	1.832	2.326	3.530	6.703	17.473
2013.2	1.206	1.850	2.352	3.636	7.148	18.522
2013.3	1.224	1.843	2.359	3.619	7.064	18.321
2013.4	1.199	1.831	2.359	3.618	6.944	17.510
2014.1	1.287	1.871	2.470	3.609	6.965	17.502
2014.2	1.265	1.863	2.473	3.671	7.237	18.443
2014.3	1.261	1.863	2.456	3.682	7.149	18.675
2014.4	1.256	1.856	2.431	3.686	7.209	18.118
2015.1	1.267	1.862	2.430	3.591	6.931	17.990
2015.2	1.241	1.807	2.423	3.728	7.357	19.515
2015.3	1.234	1.935	2.369	3.726	7.359	19.142
2015.4	1.185	1.882	2.314	3.550	6.921	18.128
2016.1	1.205	1.868	2.330	3.444	6.479	16.743
2016.2	1.183	1.884	2.373	3.716	7.415	18.307
2016.3	1.182	1.878	2.383	3.661	7.326	18.110
2016.4	1.166	1.875	2.369	3.612	7.004	17.949
2017.1	1.192	1.905	2.344	3.468	6.374	16.568
2017.2	1.255	1.876	2.377	3.726	7.601	19.069
2017.3	1.257	1.854	2.368	3.682	7.514	19.032
2017.4	1.236	1.841	2.349	3.582	7.190	19.041
2018.1	1.246	1.872	2.340	3.457	6.546	17.159
2018.2	1.254	1.902	2.400	3.730	7.570	19.228
2018.3	1.226	1.851	2.361	3.691	7.356	19.681
2018.4	1.230	1.842	2.438	3.733	7.170	19.216
2019.1	1.251	1.861	2.425	3.578	6.614	18.183
2019.2	1.227	1.844	2.447	3.753	7.516	19.907
2019.3	1.224	1.828	2.438	3.752	7.431	19.578
2019.4	1.207	1.820	2.412	3.638	7.050	19.583
2020.1	1.227	1.930	2.385	3.536	6.541	17.766
2020.2	1.510	2.072	2.705	4.115	8.040	20.216
2020.3	1.407	2.028	2.667	4.037	8.080	20.539
2020.4	1.289	1.999	2.486	3.799	7.488	18.945
2021.1	1.281	1.928	2.415	3.685	6.951	17.803
2021.2	1.240	1.910	2.418	3.783	7.614	18.709
2021.3	1.215	1.832	2.363	3.661	7.432	18.855
2021.4	1.158	1.764	2.284	3.551	7.055	18.037
2022.1	1.203	1.793	2.289	3.398	6.598	16.520
2022.2	1.164	1.768	2.291	3.571	7.196	18.342
2022.3	1.175	1.775	2.288	3.581	7.238	18.633
2022.4	1.170	1.771	2.284	3.514	6.927	17.715
2023.1	1.264	1.896	2.232	3.318	6.384	17.231
2023.2	1.252	1.915	2.253	3.509	7.050	19.014
2023.3	1.253	1.936	2.421	3.703	7.367	18.717
2023.4	1.227	1.942	2.393	3.618	7.085	17.964
2024.1	1.262	1.956	2.391	3.504	6.700	16.995
2024.2	1.273	2.000	2.435	3.721	7.413	18.926
2024.3	1.276	1.995	2.427	3.676	7.292	18.337
2024.4	1.231	1.959	2.431	3.595	7.038	18.265
2025.1	1.285	1.984	2.442	3.601	6.700	17.216
2025.2	1.283	2.001	2.471	3.784	7.367	18.698
2025.3	1.285	1.994	2.481	3.770	7.369	18.616
2025.4	1.271	1.969	2.475	3.702	7.120	18.292
2026.1	1.317	2.008	2.487	3.632	6.699	17.259

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua/IBGE).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).
Obs.: Valores em reais de fevereiro de 2026.

TABELA A.2
PNAD Contínua: rendimento médio real habitual domiciliar por faixa de renda
(Em R$)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2012.1	1.436	2.898	4.423	7.487	14.404	35.830
2012.2	1.437	2.994	4.615	8.003	15.646	38.375
2012.3	1.423	2.956	4.570	7.982	15.551	39.354
2012.4	1.429	2.930	4.496	7.867	15.474	38.836
2013.1	1.435	2.900	4.438	7.593	14.627	37.054
2013.2	1.426	2.949	4.554	7.928	15.559	39.618
2013.3	1.437	2.930	4.536	7.868	15.493	38.991
2013.4	1.415	2.878	4.486	7.826	15.260	37.455
2014.1	1.505	2.980	4.574	7.930	15.378	37.442
2014.2	1.482	2.994	4.611	8.118	15.871	39.207
2014.3	1.483	2.983	4.597	8.084	15.750	39.127
2014.4	1.474	2.942	4.545	8.036	15.656	38.136
2015.1	1.468	2.882	4.450	7.735	14.839	37.311
2015.2	1.452	2.914	4.488	8.008	15.729	39.983
2015.3	1.447	2.993	4.609	7.952	15.573	39.099
2015.4	1.394	2.876	4.407	7.548	14.739	37.390
2016.1	1.396	2.795	4.265	7.194	13.703	34.829
2016.2	1.394	2.898	4.511	7.930	15.466	37.820
2016.3	1.372	2.878	4.506	7.800	15.278	36.468
2016.4	1.359	2.838	4.427	7.614	14.749	37.104
2017.1	1.376	2.765	4.253	7.149	13.447	33.398
2017.2	1.469	2.985	4.492	7.882	15.768	39.485
2017.3	1.472	2.962	4.475	7.792	15.587	39.390
2017.4	1.453	2.893	4.389	7.566	15.010	39.423
2018.1	1.456	2.839	4.251	7.093	13.665	35.609
2018.2	1.474	2.986	4.520	7.889	15.405	39.838
2018.3	1.450	2.941	4.463	7.765	15.078	40.172
2018.4	1.456	2.919	4.489	7.907	15.306	39.766
2019.1	1.467	2.866	4.362	7.438	13.992	36.831
2019.2	1.452	2.967	4.569	8.071	15.697	40.403
2019.3	1.439	2.934	4.556	8.059	15.485	39.934
2019.4	1.428	2.866	4.438	7.758	14.991	39.365
2020.1	1.433	2.880	4.388	7.349	13.790	35.325
2020.2	1.689	3.205	4.801	8.348	16.130	39.552
2020.3	1.599	3.106	4.703	8.281	15.909	40.082
2020.4	1.471	2.968	4.545	7.874	15.292	36.943
2021.1	1.476	2.848	4.342	7.403	14.024	35.954
2021.2	1.439	2.939	4.488	7.835	15.321	36.774
2021.3	1.423	2.904	4.448	7.796	15.561	37.612
2021.4	1.367	2.805	4.302	7.535	14.856	36.142
2022.1	1.387	2.751	4.167	7.076	13.709	33.035
2022.2	1.365	2.806	4.329	7.549	14.808	36.715
2022.3	1.361	2.793	4.289	7.550	14.900	37.456
2022.4	1.334	2.731	4.208	7.311	14.359	35.708
2023.1	1.440	2.888	4.231	7.147	13.751	35.411
2023.2	1.431	2.981	4.380	7.707	15.236	39.571
2023.3	1.430	2.968	4.547	7.948	15.531	38.501
2023.4	1.403	2.920	4.442	7.707	15.072	37.370
2024.1	1.429	2.862	4.318	7.311	14.104	34.693
2024.2	1.449	2.962	4.524	7.929	15.609	38.377
2024.3	1.451	2.947	4.477	7.832	15.315	37.095
2024.4	1.407	2.882	4.409	7.582	14.931	37.143
2025.1	1.446	2.852	4.335	7.402	14.163	35.025
2025.2	1.449	2.929	4.513	7.953	15.473	38.178
2025.3	1.445	2.908	4.486	7.868	15.397	37.776
2025.4	1.428	2.840	4.385	7.631	14.889	37.222
2026.1	1.460	2.826	4.301	7.307	13.909	34.900

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Valores em reais de fevereiro de 2026.

TABELA A.3
PNAD Contínua: rendimento médio real habitual individual por setor de atividade – agricultura, indústria, construção, comércio e serviços profissionais
(Em R$)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Serviços profissionais
2012.1	1.703,3	3.197,3	2.539,5	2.754,0	4.517,6
2012.2	1.742,0	3.178,6	2.608,3	2.723,8	4.573,4
2012.3	1.761,2	3.174,8	2.676,1	2.770,4	4.560,6
2012.4	1.766,5	3.173,8	2.580,8	2.735,1	4.623,3
2013.1	1.784,8	3.181,0	2.655,0	2.760,5	4.752,5
2013.2	1.788,6	3.243,4	2.806,6	2.796,9	4.669,2
2013.3	1.830,6	3.255,4	2.810,9	2.821,3	4.741,5
2013.4	1.830,0	3.236,6	2.727,2	2.820,6	4.649,6
2014.1	1.872,6	3.358,7	2.810,9	2.805,3	4.759,8
2014.2	1.872,8	3.254,4	2.756,3	2.756,1	4.843,5
2014.3	1.879,5	3.368,2	2.672,0	2.775,1	4.753,5
2014.4	1.898,2	3.227,4	2.696,2	2.810,5	4.787,7
2015.1	1.912,0	3.350,8	2.659,9	2.806,7	4.756,3
2015.2	1.842,7	3.350,5	2.618,1	2.730,0	4.753,1
2015.3	1.820,3	3.297,3	2.615,9	2.706,2	4.614,2
2015.4	1.808,8	3.285,1	2.660,5	2.632,4	4.630,7
2016.1	1.737,9	3.257,8	2.644,7	2.643,7	4.822,7
2016.2	1.720,1	3.200,1	2.675,0	2.629,6	4.569,1
2016.3	1.793,7	3.252,6	2.570,7	2.662,8	4.656,4
2016.4	1.861,9	3.129,4	2.654,1	2.684,0	4.779,8
2017.1	1.877,1	3.241,6	2.575,6	2.692,0	4.881,6
2017.2	1.959,9	3.247,7	2.606,2	2.665,3	4.698,9
2017.3	1.951,0	3.276,7	2.571,1	2.664,2	4.830,7
2017.4	1.902,4	3.320,2	2.611,3	2.686,1	4.838,8
2018.1	1.910,9	3.363,0	2.598,2	2.635,7	4.874,4
2018.2	1.886,7	3.335,2	2.560,7	2.641,4	4.805,4
2018.3	1.917,7	3.356,7	2.559,5	2.664,7	4.793,0
2018.4	1.932,5	3.294,2	2.523,9	2.658,0	4.862,0
2019.1	1.960,7	3.364,8	2.509,1	2.698,2	4.792,0
2019.2	1.961,6	3.303,9	2.539,9	2.667,3	4.692,8
2019.3	1.896,4	3.289,5	2.614,9	2.679,3	4.728,8
2019.4	1.958,7	3.352,1	2.523,2	2.680,6	4.819,5
2020.1	2.013,5	3.438,6	2.584,4	2.733,3	4.820,6
2020.2	2.034,6	3.647,3	2.756,4	2.772,7	4.703,1
2020.3	2.042,5	3.709,7	2.592,1	2.826,0	5.051,1
2020.4	2.028,6	3.506,5	2.441,2	2.663,5	4.824,6
2021.1	1.985,7	3.266,5	2.367,4	2.625,7	4.664,7
2021.2	1.965,4	3.209,8	2.335,6	2.543,9	4.784,8
2021.3	1.973,2	3.174,2	2.371,1	2.481,7	4.577,1
2021.4	1.913,3	2.949,5	2.353,7	2.480,8	4.396,6
2022.1	2.018,3	3.037,6	2.487,3	2.558,4	4.470,1
2022.2	2.008,1	2.996,9	2.458,0	2.577,1	4.549,5
2022.3	2.224,6	3.108,0	2.500,5	2.690,8	4.722,1
2022.4	2.174,4	3.127,7	2.686,0	2.661,1	4.825,1
2023.1	2.154,7	3.153,8	2.588,0	2.749,5	4.805,5
2023.2	2.152,0	3.131,7	2.647,3	2.770,2	4.801,5
2023.3	2.121,0	3.294,5	2.548,5	2.758,8	4.886,9
2023.4	2.192,4	3.304,6	2.587,3	2.815,3	4.852,7
2024.1	2.161,5	3.385,0	2.613,8	2.866,7	4.847,8
2024.2	2.157,0	3.389,6	2.626,1	2.900,2	4.890,8
2024.3	2.159,0	3.425,1	2.693,8	2.897,7	4.948,1
2024.4	2.186,0	3.428,1	2.733,7	2.922,7	5.100,7
2025.1	2.265,7	3.474,5	2.757,3	2.910,0	5.021,9
2025.2	2.303,2	3.457,7	2.807,9	2.995,2	5.137,0
2025.3	2.288,9	3.489,3	2.849,4	2.929,8	5.129,2
2025.4	2.375,6	3.502,6	2.886,6	2.954,8	5.404,0
2026.1	2.376,1	3.557,6	2.889,3	3.036,5	5.341,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Valores em reais de fevereiro de 2026.

TABELA A.4
PNAD Contínua: rendimento médio real habitual individual por setor de atividade – transporte, serviços pessoais e coletivos, administração pública, educação e saúde e alojamento e alimentação
(Em R$)

Trimestre	Renda média individual por setor de atividade				
	Transporte	Serviços pessoais e coletivos	Adm. Pública	Educação e Saúde	Alojamento e Alimentação
2012.1	3.336,8	2.572,2	5.338,2	4.256,0	2.361,9
2012.2	3.394,1	2.554,4	5.255,2	4.238,2	2.361,1
2012.3	3.292,0	2.460,6	5.238,1	4.345,4	2.275,0
2012.4	3.346,3	2.553,8	5.214,4	4.324,5	2.270,0
2013.1	3.282,2	2.541,0	5.351,5	4.410,1	2.373,9
2013.2	3.412,8	2.570,3	5.375,2	4.372,6	2.374,4
2013.3	3.498,9	2.700,2	5.379,5	4.499,3	2.461,7
2013.4	3.384,6	2.696,1	5.504,7	4.427,5	2.482,7
2014.1	3.460,1	2.675,3	5.598,3	4.451,8	2.505,6
2014.2	3.434,4	2.597,4	5.460,5	4.456,5	2.440,9
2014.3	3.450,9	2.704,4	5.363,3	4.579,6	2.464,0
2014.4	3.526,2	2.665,7	5.606,2	4.482,9	2.429,2
2015.1	3.413,5	2.640,4	5.523,5	4.600,9	2.340,4
2015.2	3.343,6	2.605,7	5.558,0	4.620,8	2.314,9
2015.3	3.339,9	2.624,5	5.605,5	4.524,8	2.368,6
2015.4	3.308,8	2.546,9	5.711,2	4.428,0	2.302,9
2016.1	3.271,9	2.440,4	5.713,8	4.475,9	2.255,5
2016.2	3.246,2	2.416,4	5.834,4	4.387,4	2.230,8
2016.3	3.260,6	2.475,8	5.731,2	4.402,3	2.202,7
2016.4	3.307,0	2.441,2	5.980,1	4.427,0	2.215,3
2017.1	3.168,3	2.543,5	6.115,5	4.493,7	2.217,1
2017.2	3.203,7	2.451,8	5.830,9	4.506,6	2.178,4
2017.3	3.129,7	2.441,9	5.794,9	4.529,4	2.163,4
2017.4	3.245,0	2.499,0	5.784,3	4.641,2	2.125,1
2018.1	3.227,7	2.489,9	5.959,3	4.700,5	2.220,4
2018.2	3.236,6	2.479,4	5.962,5	4.823,0	2.244,9
2018.3	3.192,6	2.445,5	5.944,3	4.755,4	2.193,7
2018.4	3.224,6	2.506,7	6.101,1	4.823,1	2.207,6
2019.1	3.221,9	2.534,6	6.325,6	4.783,0	2.096,8
2019.2	3.234,6	2.464,6	6.175,2	4.757,6	2.088,9
2019.3	3.172,1	2.480,3	6.196,3	4.772,8	2.143,2
2019.4	3.201,0	2.558,4	6.299,6	4.774,3	2.194,9
2020.1	3.187,8	2.572,4	6.198,0	4.708,7	2.150,2
2020.2	3.245,8	2.708,6	6.080,9	4.874,5	2.206,8
2020.3	3.074,5	2.494,2	6.338,1	4.987,7	2.123,6
2020.4	2.943,0	2.469,9	6.392,2	4.819,0	2.029,5
2021.1	2.958,3	2.448,5	6.393,5	5.075,4	2.167,9
2021.2	2.893,7	2.367,9	6.128,6	4.812,9	1.949,0
2021.3	2.988,2	2.338,0	5.608,5	4.586,9	1.986,7
2021.4	2.967,8	2.334,2	5.495,9	4.269,8	1.957,6
2022.1	2.911,4	2.382,9	5.385,3	4.163,2	2.059,8
2022.2	3.057,6	2.512,5	5.420,3	4.235,0	2.041,3
2022.3	3.098,9	2.542,0	5.600,5	4.348,0	2.041,2
2022.4	3.215,0	2.544,0	5.590,7	4.495,1	2.168,6
2023.1	3.077,4	2.638,1	5.724,3	4.463,9	2.273,5
2023.2	3.092,1	2.540,6	5.656,8	4.451,0	2.207,0
2023.3	3.139,7	2.668,4	5.791,2	4.524,9	2.279,9
2023.4	3.164,2	2.610,3	5.841,9	4.645,2	2.239,2
2024.1	3.298,6	2.813,6	5.997,9	4.605,5	2.314,3
2024.2	3.315,9	2.736,3	6.152,7	4.791,6	2.353,7
2024.3	3.346,4	2.750,1	6.007,5	4.608,4	2.329,5
2024.4	3.416,5	2.768,3	6.033,6	4.710,9	2.364,0
2025.1	3.396,3	2.864,2	6.210,1	4.815,6	2.378,8
2025.2	3.327,0	2.839,8	6.292,7	4.788,2	2.308,8
2025.3	3.405,2	2.878,8	6.314,6	4.781,3	2.432,2
2025.4	3.525,8	3.013,3	6.417,5	4.866,6	2.418,4
2026.1	3.493,2	3.189,6	6.541,3	5.019,9	2.495,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Valores em reais de fevereiro de 2026.

TABELA A.5
PNAD Contínua: horas habitualmente trabalhadas por semana no domicílio por faixa de renda
(Em R$)

Trimestre	Horas semanais trabalhadas média domiciliar por faixa de renda					
	faixa 1	faixa 2	faixa 3	faixa 4	faixa 5	faixa 6
2012.1	39,0	80,5	97,8	109,3	110,5	105,4
2012.2	39,3	81,3	99,2	110,8	107,2	108,9
2012.3	38,5	80,7	98,3	110,4	109,5	109,6
2012.4	38,6	80,2	97,2	109,1	110,4	109,3
2013.1	44,3	90,0	108,4	122,1	124,0	119,2
2013.2	44,3	90,0	109,4	123,3	121,6	120,1
2013.3	43,7	90,4	107,8	123,5	122,4	121,9
2013.4	43,3	88,7	107,7	122,3	122,8	118,5
2014.1	42,8	89,7	104,8	123,5	125,0	120,5
2014.2	43,3	89,8	106,3	124,4	121,9	120,3
2014.3	43,1	89,9	105,4	122,8	123,4	118,9
2014.4	42,6	88,7	105,0	122,3	121,5	118,5
2015.1	41,5	86,2	103,4	120,9	120,3	117,0
2015.2	41,9	88,9	104,0	121,1	119,4	116,6
2015.3	42,1	87,0	108,8	119,0	118,9	117,0
2015.4	41,3	85,5	106,2	117,8	117,1	112,9
2016.1	40,2	83,4	101,7	115,6	117,5	118,4
2016.2	40,5	86,0	105,5	119,2	116,6	113,4
2016.3	39,7	85,6	105,6	118,6	116,9	117,2
2016.4	39,5	84,8	104,7	118,0	117,0	114,3
2017.1	37,4	81,8	100,7	115,1	117,2	114,5
2017.2	40,0	87,8	104,2	118,7	115,8	116,8
2017.3	39,8	88,0	104,6	117,8	118,1	119,7
2017.4	39,4	85,7	103,4	118,1	116,6	122,1
2018.1	37,8	84,3	101,5	115,5	118,3	116,4
2018.2	39,4	86,1	105,3	118,1	113,7	117,6
2018.3	39,2	86,6	105,4	118,0	116,1	117,5
2018.4	39,3	87,2	101,9	118,4	118,0	122,3
2019.1	37,5	84,4	100,0	115,9	117,9	116,3
2019.2	37,3	85,5	101,7	119,0	116,0	113,0
2019.3	37,2	85,6	101,6	117,1	116,8	115,1
2019.4	36,4	83,0	100,2	115,8	117,5	117,3
2020.1	35,0	79,6	100,1	113,7	115,6	115,2
2020.2	37,5	87,2	98,5	112,9	110,9	111,5
2020.3	37,1	86,1	100,6	117,1	111,6	112,2
2020.4	36,5	84,5	102,7	118,3	119,5	113,0
2021.1	35,7	81,5	99,8	111,3	113,1	113,9
2021.2	33,1	78,7	95,4	108,4	106,6	109,2
2021.3	35,4	82,4	99,7	113,3	112,4	111,8
2021.4	35,3	82,6	98,2	112,6	113,8	109,7
2022.1	33,4	78,8	94,1	108,8	108,7	105,6
2022.2	34,8	81,5	99,2	113,2	112,5	113,3
2022.3	35,3	83,6	100,2	115,6	113,3	113,8
2022.4	35,2	83,3	100,2	114,6	115,6	113,6
2023.1	36,1	84,3	103,5	118,9	120,1	115,4
2023.2	36,4	85,7	107,2	121,9	120,0	120,3
2023.3	35,7	84,5	103,9	121,5	119,2	118,0
2023.4	34,2	81,5	101,2	117,8	120,4	119,0
2024.1	33,2	79,5	99,1	115,8	118,2	115,9
2024.2	34,0	80,4	101,6	118,2	116,9	114,6
2024.3	34,4	80,9	100,7	118,6	116,8	115,5
2024.4	33,4	79,1	99,3	117,6	118,2	118,4
2025.1	32,5	78,5	97,7	114,4	118,2	118,8
2025.2	28,1	69,3	87,9	102,0	103,0	100,7
2025.3	27,9	69,1	86,6	100,7	100,1	98,5
2025.4	27,2	67,8	84,3	99,7	102,7	98,6
2026.1	25,8	66,2	83,2	97,4	101,7	102,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: Valores em reais de fevereiro de 2026.

Apêndice B

O quadro B.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes incluem domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). O quadro B.1 apresenta também as faixas de renda a preços de maio de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

QUADRO B.1
Faixas de renda mensal domiciliar
(Em R$)

Faixa de renda	Renda domiciliar (jan./2009)	Renda domiciliar (maio/2020)
1 - Renda muito baixa	Menor que R$ 900	Menor que R$ 1.650,50
2 - Renda baixa	Entre R$ 900 e R$ 1.350	Entre R$ 1.650,50 e R$ 2.471,09
3 - Renda média-baixa	Entre R$ 1.350 e R$ 2.250	Entre R$ 2.471,09 e R$ 4.127,41
4 - Renda média	Entre R$ 2.250 e R$ 4.500	Entre R$ 4.127,41 e R$ 8.254,83
5 - Renda média-alta	Entre R$ 4.500 e R$ 9.000	Entre R$ 8.254,83 e R$ 16.509,66
6 - Renda alta	Maior que R$ 9.000	Maior que R$ 16.509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Equipe de Assistentes:

Ana Muanis Roquete
Caio Rodrigues Gomes Leite
Juliana Alves de Souza França;
Maria Natalina Ferrera Costa
Marcelo Guedes Pecly
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira
Thaíssa Soares Machado Dutra

Equipe Administrativa:

Aline Conceição Santos
Carla Nunes Menezes
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.